



## **ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES, NEGROS E TRABALHADORES NOS ESTADOS UNIDOS: A INTER-RELAÇÃO ENTRE RAÇA, CLASSE E A QUESTÃO DA MULHER**

**DAVIS, ANGELA. MULHERES, RAÇA E CLASSE. TRAD. HECI REGINA CANDIANI. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2016. 244 P.**

Vânia Noeli Ferreira de Assunção<sup>1</sup>

Angela Davis nasceu em 1944 em Birmingham, cidade ultrassegregada no estado racista do Alabama, Estados Unidos. Em seus estudos na área de filosofia, em parte feitos na Europa, foi aluna de Jürgen Habermas e Theodor Adorno e orientada por Herbert Marcuse, associados à Escola de Frankfurt. Ligada ao movimento dos Panteras Negras, foi presa em 1970, sendo inocentada e solta em 1972, após intensa campanha internacional. Professora emérita da Universidade de Santa Cruz, na Califórnia, foi duas vezes candidata à Vice-Presidência dos Estados Unidos pelo Partido Comunista, ao qual foi filiada até 1991, e ainda jovem se declarou marxista – num país em que a dita esquerda é majoritariamente afeita a outras matrizes teóricas.

Sua obra clássica, *Mulheres, raça e classe*, publicada originalmente em 1981, foi lançada no Brasil em 2016. O livro continua atual e confronta certo feminismo em voga, perdido em disputas internas, conflitos superficiais e uma boa dose de confusão ideológica. Seu formato é ensaístico – aparentemente, são ensaios avulsos coligidos que incluem repetições de assuntos e sem introdução e conclusão –, lançando mão de documentos, depoimentos, estudos historiográficos, artigos e livros para reconstruir, com riqueza, as complexas formas históricas que tomaram os

---

<sup>1</sup> Professora adjunta do curso de serviço social no câmpus Rio das Ostras. Mestre e doutora em ciências sociais pela PUC-SP

entrelaçamentos entre as questões de raça, de classe e da mulher nos Estados Unidos. Nesse mister, ela demonstra como tal enovelamento manifesta, também de forma contraditória, os momentos econômico, político e ideológico daquela formação social, em que a exploração, a opressão e a dominação ideológica se integram, interagem e retroagem entre si. Diferenciando-se, porém, de outras abordagens, a autora explicita e ressalta as diversas formas de resistência dos oprimidos e explorados no decorrer daquela história.

Davis começa tratando da escravidão – matéria inescapável num país com passado escravagista, segregacionista e estruturalmente racista como os Estados Unidos. Sobre este pano de fundo, aborda temas como organização familiar e trabalho escravos, estupro e movimentos abolicionistas, além de destacar a inexistência de estereótipos relacionados à fragilidade da mulher negra escravizada, cujo trabalho era submetido aos mesmos duros padrões de produtividade dos homens (com quem compartilhavam cruéis açoitamentos, além de serem submetidas a estupros e à exploração de seus corpos como reprodutoras biológicas).

A autora aborda as imbricações entre os movimentos pelos direitos de mulheres e o abolicionista, um processo político-pedagógico fundamental para as mulheres que dele participaram, que puderam aprender os meandros da mobilização e, ainda, puseram em pauta, na prática e de forma mais eficaz que em panfletos, seu direito de participarem da vida política.

Nem tudo, no entanto, eram flores. Segundo Davis, a campanha abolicionista fracassou em combater o racismo e não avançou para uma crítica anticapitalista ou para a solidariedade de classe entre os trabalhadores. O movimento sufragista obliterou as realizações antissexistas e classistas das organizações operárias negras precedentes e, no final do século XIX, cedeu totalmente a argumentos racistas, além de desconsiderar os direitos das mulheres negras e imigrantes e de seus parentes homens; defender os interesses dos novos capitalistas monopolistas contra a classe trabalhadora; aprovar as políticas imperialistas e derrapar nos fundamentos democráticos que deveriam estar na base da defesa do sufrágio. No novo século, racismo e sexismo se mesclaram, fortalecendo-se mutuamente,

misturando noções irracionais sobre superioridade da raça anglo-saxã, inferioridade feminina e culto sexista da maternidade.

As condições políticas, sociais, domésticas e religiosas opressivas e frustrantes para as mulheres brancas burguesas e das classes médias eram as bandeiras do movimento de emancipação política feminina, concentrado na luta pelo sufrágio, numa visão estreita e politicista. Já as mulheres trabalhadoras viam na prática que o direito de voto exercido por seus pais, irmãos, maridos e filhos não impedia a escorchante exploração deles por seus empregadores. Por isso, a questão da igualdade política não foi uma bandeira importante entre as trabalhadoras estadunidenses até o do século XX, quando o sufrágio foi usado para exigir salários mais altos e melhores condições de trabalho, afirma a autora.

Davis observa que as diversas lutas democráticas do final do século XIX e décadas posteriores alcançariam uma eficiência bem maior do que a que tiveram se estivessem associadas. Ao trazer a história à cena, ela demonstra como, na prática, diversos grupos sociais podem e devem se emancipar juntos, já que a libertação das opressões pressupõe uma libertação econômica e uma humanização concomitante do outro e de si mesmo.

Ao debater o estupro, Davis também parte de balizas bastante distintas daquelas dos setores conservadores – que culpabilizam a vítima e/ou veem o problema de forma individualizada ou isolada –, mas também das correntes dominantes do feminismo atual. Ela destaca que o estupro, longe de acidental ou devido a impulsos sexuais irresistíveis, tem sido uma arma de guerra e forma de controle social e que não é à toa que é epidêmico numa era de capitalismo em ofensiva. Nos Estados Unidos como aqui, o estupro remete ao período escravagista, quando do suposto direito de propriedade sobre pessoas negras emanava um alegado direito dos proprietários e seus agentes ao corpo das escravas (embora a retroalimentação entre racismo e sexismo seja bem mais antiga, o que não é abordado no livro).

Outra das repercussões do tema do estupro relaciona-se ao mito do estuprador negro, uma invenção tardia do movimento racista, paralela à constituição da estrutura econômica de superexploração dos negros. Mesmo sendo

completamente desmentido por todos os dados confiáveis, esse mito foi assumido por setores feministas. Por outro lado, a animalização do negro – supostamente incapaz de refrear seus impulsos sexuais primitivos – tem como contraparte inseparável a imagem da negra como promíscua, uma provocadora sexual. Por isso, conclui Davis, fechando o complexo de complexos que cerca o tema, para ser eficaz, toda luta contra o estupro precisa combater também o racismo e o capitalismo monopolista.

O direito à contracepção e ao aborto também é debatido pela autora, que faz um apanhado histórico do tema para concluir que só puderam ser bandeiras de luta quando surgiu um movimento organizado das mulheres reivindicando direitos políticos, carreira profissional e outras formas de desenvolver sua personalidade, além dos papéis que tradicionalmente lhes eram reservados. Embora essa luta tenha um caráter eminentemente progressista, Davis salienta a necessidade de compreender as condições específicas, como as das mulheres negras e das minorias étnicas estadunidenses, que, junto com outras tidas como “inaptas”, sofreram diversas campanhas de esterilização compulsória, com o apoio de setores do movimento feminista (que confundiam o direito ao aborto com o controle populacional racista e conservador).

Davis vai além do puro âmbito cultural ao falar da divisão do trabalho não hierárquica entre homens e mulheres na era pré-industrial, da escravidão e do período pós-abolicionista, da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho e da exploração massificada do trabalho de pessoas encarceradas. Trata, ainda, do surgimento histórico das tarefas domésticas, sua associação com o sexo feminino e a criação da “dona de casa”, função social paralela à industrialização e mercantilização de áreas da vida domiciliar e à maior rigidez na separação entre público e privado – com suas inseparáveis reverberações na situação da mulher.

A industrialização começou pela fábrica de tecidos, atividade tradicionalmente feminina, o que foi determinante para que as mulheres fossem as primeiras a ser contratadas. Sendo maioria nas fábricas de tecidos do Nordeste estadunidense, desde os anos 1820 faziam protestos, paralisações e greves contra a opressão e a exploração a que eram submetidas. No final do século XIX, conforme Davis, a parte

feminina da classe trabalhadora era composta majoritariamente por imigrantes e as mulheres eram as líderes da militância operária nos Estados Unidos – pioneirismo posteriormente ofuscado pelas feministas liberais. Suas denúncias das condições de trabalho e reivindicação pela jornada de 10 horas foram o início não oficial da luta pelos direitos das mulheres naquele país, entre 1843-4. Em relação à inserção especificamente das mulheres negras no mercado de trabalho, muitas décadas após o fim da escravidão, pouquíssimas trabalhavam fora do eixo campo/cozinha/lavanderia, sendo comumente relegadas ao serviço doméstico, sujeitas às atividades menos gratificantes, suscetíveis a uma maior exploração e aos abusos sexuais, com dificuldades de organização e sofrendo resistência dos sindicatos tradicionais.

Com a absorção, pelo sistema fabril, de muitas das atividades econômicas femininas tradicionais, ao mesmo tempo em que foi possibilitada a libertação das mulheres de algumas velhas tarefas opressivas, elas perderam importância na economia doméstica, minando-se as bases do prestígio que tinham no lar. Essa nova situação suscitou – e foi reforçada por – uma “ideologia da feminilidade” que criou papéis estereotipados para a mulher, voltados à guarda da vida privada. No que toca ao tema correlacionado dos afazeres domésticos, Davis demonstra a gênese histórica destas atividades repetitivas, exaustivas, improdutivas e pouco prazerosas, realizadas por uma categoria especial da classe trabalhadora cujas funções – na procriação, criação da prole e manutenção da casa – possibilitam a outros membros de sua família trabalharem. Contrapõe-se a algumas correntes feministas que defendem uma remuneração pela realização das tarefas domésticas, esclarecendo que as demandas reais das mulheres são empregos, benefícios trabalhistas (como legislação protetiva da maternidade) e serviços públicos de atendimento a seus filhos pequenos – as quais conectam muito mais eficaz e radicalmente seus interesses com aqueles de outros grupos e estratos sociais oprimidos. Ademais, Davis propõe a incorporação de parte significativa das tarefas domésticas à economia industrial, via atendimento profissional em domicílio (uma adaptação para o capitalismo da proposta socialista de socialização de tais

afazeres). Distancia-se, assim, do feminismo atual, que se baseia na ideia de divisão mais igualitária dessas tarefas no interior da própria família.

Ainda acerca da questão econômica, é preciso lembrar que o marxismo tradicionalmente salienta o importantíssimo papel do capitalismo na criação das condições socioeconômicas da emancipação das mulheres (como das premissas materiais do socialismo em geral, mesmo estranhadas, mercantilizadas ou filantrópicas). Embora seja um tema muito importante, a autora apenas ressalta nele e de um modo que deixa subentendido que antes da industrialização capitalista não haveria submissão das mulheres aos homens, o que obviamente é um equívoco histórico. No nosso entender, o descaso com os inegáveis aspectos progressistas do mundo do capital, tão comum hoje em dia, está relacionado ao não esclarecimento da diferença histórica entre as formas de subordinação da mulher. Ela também não discorre sobre a relação dos afazeres domésticos com a categoria *trabalho produtivo*, tal como exposta por Marx, cujo desentendimento levou correntes do feminismo a criticar o marxismo por uma suposta desvaliação do trabalho realizado pelas mulheres em casa quando, na verdade, trata-se de uma categoria teórica que não implica noção de valor.

Por fim, destaque-se a controversa relação entre certas vertentes do feminismo e as tendências de esquerda que advogam o socialismo e o comunismo, para cujo entendimento o livro de Davis também contribui. Além de um breve ensaio biográfico de cinco mulheres comunistas estadunidenses, pioneiras em suas áreas, ela faz um breve retrospecto da tradição comunista no país desde 1848, demonstrando que só no início do século XX, com a criação do Partido Socialista e, depois, dos partidos comunistas, as mulheres (maioria nas bases, mas não na direção) passaram a influenciar mais decididamente a esquerda marxista. Entretanto, como os comunistas tinham como público-alvo o proletariado (industrial), enquanto a maioria da população negra trabalhava na agricultura, a causa negra foi negligenciada até os anos 1930. Desde então, porém, os comunistas desenvolveram uma teoria e um ativismo antirracista consistentes. Temos, assim, exemplos concretos que desmentem a excludência entre feminismo e marxismo, visto como inadequado às análises das opressões, como o importantíssimo e pioneiro papel

peçoal dos marxistas e comunistas em geral nas lutas antiopressão. Os cétricos deixam de levar em conta que a temática da mulher e do negro foi generalizadamente “escanteada” por amplos setores teóricos e pelas ciências sociais até a década de 1960. A autora não faz esse debate: a imensa contribuição teórica do marxismo tem servido, com graus diversos de sucesso, para análises em que as opressões e exploração geral e específicas não são simplesmente opostas, mas se empuxam mutuamente e estão enoveladas, relacionando-se à fundante temática da emancipação humana. Qual o agente precípua desta é uma questão em aberto, mas já se pode afirmar que não poderá desconsiderar as pautas desses setores.

Trata-se, portanto, de uma leitura profícua e necessária para bem compreender os temas da mulher, do negro e do trabalhador estadunidenses. O distanciamento em relação ao marxismo oficial de cunho mecanicista e economicista é um dos seus pontos fortes: Davis passa ao largo de alguns debates muito abstratos e afastados da vida local ou de cunho fortemente epistemológico (como aquele sobre “gênero” em muitas das abordagens atuais), priorizando a análise da realidade específica. Mas este também é um ponto fraco: embora seminal, não se trata de um livro propriamente filosófico ou de aprofundamento teórico; não se encontra ali, por exemplo, uma interpretação mais aprofundada e extensa sobre a forma específica de efetivação do capitalismo nos Estados Unidos. Sua leitura não pode prescindir de uma teoria mais ampla, que dê conta da história e estrutura mais daquela formação social, mas os ensaios versam sobre temas importantes, pertinentes e imprescindíveis para a sua compreensão.